

Irmandade da
Santa Casa de
Misericórdia de
Araraquara

**Demonstrações financeiras
referentes ao exercício findo em
31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações de resultados	10
Demonstrações de resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Sobre a Santa Casa de Araraquara

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara (“Irmandade” ou “Santa Casa”) é uma instituição Filantrópica sem fins lucrativos, fundada em 25 de fevereiro de 1902, localizada na Região Central do Estado de São Paulo, no município de Araraquara.

É uma instituição de saúde e educação, privada, filantrópica, credenciada como hospital de ensino. Para a atual diretoria do hospital, a Santa Casa é um patrimônio afetivo de Araraquara, com uma história centenária, que pertence à sociedade.

A Santa Casa de Araraquara é um hospital geral, credenciado pelo Ministério da Saúde em Urgência e Emergência Regional tipo III, referência em Cirurgia Cardíaca, Hemodinâmica, Neurocirurgia I e II, Alta Complexidade em Ortopedia nos segmentos de joelho, ombro, quadril e mão. Também é referência em Oftalmologia e no tratamento da má formação labiopalatal e conta com uma Unidade de Alta Complexidade em Oncologia habilitada pelo Ministério da Saúde como Unidade de Assistência de Alta Complexidade (Unacon), com consultas, exames, quimioterapia, radioterapia e cirurgia, atende gratuitamente, todos os meses, cerca de mil pacientes que lutam contra o câncer.

Atualmente com 199 leitos, distribuídos entre urgência e emergência, hotelaria e unidade de terapia intensiva, com capacidade para realizar cerca de 60 mil internações e 12 mil cirurgias por ano, a Santa Casa é considerado centro de referência para o Sistema Único de Saúde (SUS) na região do Departamento Regional de Saúde (DRS) III do Estado de São Paulo, com uma população de 900.000 habitantes, na Micro e Macrorregião.

O Hospital também integra a Rede Regional de Atenção à Saúde (RRAS) 13, e está no nível máximo do programa Santas Casas SUS-tentáveis como Hospital Estruturante, referência em 20 especialidades e subespecialidades de alta complexidade para 18 municípios.

A Santa Casa de Araraquara integra o Conselho Consultivo da Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos (CMB), que reúne os 25 principais hospitais filantrópicos do País - a CMB, sediada em Brasília, representa 2.100 hospitais brasileiros.

2. Mensagem da Administração

Com um crescimento além do comum nos últimos anos, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tomou várias atitudes buscando manter tal ascensão, com o objetivo de melhorar sua capacidade operacional, seus indicadores financeiros e o mais importante, prestar assistência médico-hospitalar de qualidade.

Nesse contexto, em 2017 a Santa Casa concretizou a aquisição dos serviços de Hemodinâmica e Centro de Diagnóstico por Imagem, que passaram a ser administrados em sua totalidade pelo Hospital, estes serviços eram terceirizado e sob gestão mista, respectivamente, sendo agora portanto de total responsabilidade do Hospital, assim como seus respectivos resultados financeiros, fazendo parte do plano de expansão da Santa Casa.

Essa expansão está alinhada ao investimento em excelência que o Hospital tem como foco. Para tanto, demos início ao desenvolvimento do projeto *Lean Six Sigma*, do qual foram

formados cerca de 30 *Green Belts*, sendo que cada líder apresentou um projeto voltado para melhoria do resultado operacional e financeiro da Instituição, dos quais surtirão efeito direto em 2018.

Paralelamente, seguimos avançando no desenvolvimento de nossos controles internos e prestação de contas. Em 2017 foi contratada uma *Big Four* para auditar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, assim como colocado no ar o Portal da Transparência no site oficial da instituição (www.santacasaararaquara.com.br), reportando todas as prestações de contas e contratos públicos, seguindo a Lei da Transparência e bases da Governança Corporativa implantada no Hospital.

Em 2017, a Irmandade continuou com o credenciamento do Hospital de Ensino, oferecendo internato para alunos de medicina da UNIARA - Centro Universitário de Araraquara mediante a celebração de convênio, buscando a formação acadêmica.

Ainda no ano, em agosto, foram inaugurados 18 leitos de retaguarda totalmente equipados, voltados para suprir a demanda crescente de atendimentos da “porta de entrada” (Urgência e Emergência).

O ano também foi marcado por reconhecimentos importantes, como o Prêmio e de Excelência na Saúde 2017, na Categoria Filantropia do Grupo Mídia e ser o 1º Hospital Filantrópico no Brasil com datacenter em nuvem, são reconhecimentos que demonstram nossa constante evolução e pioneirismo em grandes projetos.

Como parte do resultado dessas iniciativas, a Santa Casa encerrou o ano registrando expansão de Receita em 10,9%, atingindo R\$ 79,5 milhões. Mesmo o Resultado Operacional sendo negativo (R\$ 965 mil), o Superávit do exercício foi de R\$ 2,9 milhões, fortemente motivado pelo resultado financeiro obtido neste ano.

Diante de um cenário macroeconômico em plena recuperação e regionalmente aquecido, acreditamos que, o aumento nossa diferenciação se dará por meio da excelência de atendimento aos nossos atuais clientes e prováveis novos contratantes.

A posição de saber que estamos bem melhor do que fomos, porém, muito distante do que queremos ser, aliado ao desenvolvimento de produtos com qualidade e bem estruturado, potencializará nossa capacidade competitiva, gerando valor e saúde aos nossos pacientes.

3. Cenário macroeconômico e setorial

De acordo com dados da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) até novembro de 2017, o número de beneficiários de planos privados de saúde caiu cerca de 402 mil na comparação com 2016. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ao final de 2017 havia 13 milhões de pessoas desempregadas, o que significa uma taxa de desemprego de 12,7%.

Com tal número recorde, notou-se uma migração do cliente de planos privados de saúde (saúde suplementar) para o plano SUS (Sistema Único de Saúde). A queda no número de beneficiários de planos de saúde está relacionada com o índice de desemprego, uma vez que a maioria dos planos são corporativos, ou seja, oferecidos pelas empresas para seus funcionários.

Com este cenário econômico no setor de saúde suplementar, demonstrando deterioração em 2017, isso retardou o crescimento privado e influenciou negativamente em margem de contribuição por atendimento, visto que o atendimento ao SUS se demonstra em sua maioria deficitário.

4. Gestão de Pessoas

Reconhecido como 8º melhor hospital para se trabalhar no país na 4ª edição do prêmio Saúde Nacional pelo *Great Place To Work* (GPTW), o Hospital conta com 247 médicos, 843 funcionários (assistencial, administrativo e operacionais) e 287 estagiários em cursos de graduação técnicos.

Em 2017, foram realizadas mais de 30 mil horas de treinamento em formação e atualização dos profissionais, o que resultou em 31 horas de treinamento por colaborador.

5. Investimentos

Para o exercício de 2018, os objetivos da Irmandade serão dar continuidade aos seguintes projetos:

- Ampliar / Fortalecer o atendimento em Média e Alta Complexidade Hospitalar para atendimento Regional, buscando novos credenciamentos e fortalecendo a rede de atenção à saúde como integrante das linhas de cuidado para o SUS;
- Conseguir Acreditação Internacional Qmentum;
- Ampliar e Modernizar a U.T.I. Adulto;
- Inaugurar Nova Recepção Central;
- Acompanhar e estabelecer metas para atendimento das exigências do Programa Santas Casas Sustentáveis; e
- Readequar e Modernizar Radioterapia, Centro Oncológico, Serviço de Nutrição e Dietética e Refeitório.

A fonte de recursos financeiros para o atendimento e alcance de todos os objetivos propostos deverão ser oriundos dos Projetos Santas Casas Sustentáveis, Programa Pró - Santas Casas, Emendas Parlamentares, Convênios não SUS, Recursos Próprios da Irmandade e da Iniciativa Privada.

Araraquara, SP, 26 de junho de 2018

A Administração.



KPMG Auditores Independentes
Passeio das Castanheiras, 431 - Salas 407 a 411
Condomínio Tríade - Torre Nova York - Parque Faber Castell
13561-384 - São Carlos/SP - Brasil
Caixa Postal 708 - CEP 13560-970 - São Carlos/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 2106-6700, Fax +55 (16) 2106-6767
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Conselheiros e Administradores da
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara ("Irmandade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do superávit, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Irmandade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e as respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 24 de abril de 2018, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Irmandade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeira, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Irmandade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Irmandade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Irmandade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Irmandade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Irmandade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Carlos, 26 de junho de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-027611/F

Rafael Henrique Klug
Contador CRC 1SP246035/O-7

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais - R\$)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.139.136	328.236	Fornecedores	10	12.961.364	7.559.852
Aplicações financeiras	5	229.196	198.333	Empréstimos e financiamentos	11	3.427.461	2.305.568
Recurso de subvenções	6	121.257	-	Salários, férias e contribuições sociais	12	3.746.619	3.373.756
Contas a receber	7	14.395.057	17.691.120	Impostos e contribuições sociais parcelados	13	90.783	106.436
Estoques	8	1.375.073	1.539.659	Impostos e contribuições a recolher	14	780.306	505.688
Outros créditos		1.009.954	537.723	Subvenções a realizar	15	1.447.037	15.880
Total do ativo circulante		18.269.673	20.295.071	Prestadores de serviços de saúde	16	4.856.944	4.540.817
				Outras contas a pagar e provisões diversas	17	3.793.213	2.237.022
				Total do passivo circulante		31.103.727	20.645.019
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais		606.209	808.887	Fornecedores	10	2.086.190	12.059.290
Contas a receber	7	7.853.826	-	Empréstimos e financiamentos	11	7.779.827	7.357.882
Outros créditos		515.840	-	Impostos e contribuições sociais parcelados	13	4.896.995	6.641.127
		8.975.875	808.887	Provisão para riscos e processos judiciais	18	5.749.740	2.156.142
Investimentos		-	105.864	Prestadores de serviços de saúde	16	156.358	230.898
Inobilizado	9	77.362.887	76.833.930	Total dos passivos não circulantes		20.669.110	28.445.339
(-) Depreciação acumulada	9	(7.731.118)	(7.305.636)	Patrimônio líquido			
Intangível		516.152	346.303	Patrimônio social	19	2.761.228	4.052.595
Total do ativo não circulante		79.123.796	70.789.348	Ajuste de avaliação patrimonial		39.877.869	40.475.292
				Déficits acumulados		-	-
				Superávit do exercício		2.981.535	(2.533.826)
				Total do patrimônio líquido		45.620.632	41.994.061
Total do ativo		97.393.469	91.084.419	Total do passivo e patrimônio líquido		97.393.469	91.084.419

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais - R\$)

	Nota	2017	2016
Receitas			
Receitas com subvenções para custeio	20	11.393.826	9.529.044
Receitas de convênios e de assistência ao Sistema Único de Saúde - SUS	21	40.758.939	37.132.209
Receitas de convênios e particulares	22	22.396.485	20.629.665
Receitas com doações diversas		1.826.232	2.782.030
Outras receitas		2.597.443	1.633.827
Receita com trabalhos voluntários		603.840	-
		79.576.765	71.706.775
Custos e despesas operacionais			
Custos com serviços médicos		(22.622.597)	(23.655.351)
Custos com medicamentos e materiais		(17.092.070)	(16.288.018)
Despesas com pessoal e encargos	23	(28.232.824)	(23.473.106)
Depreciações e amortizações	9	(2.090.923)	(1.723.109)
Despesas com trabalhos voluntários		(603.840)	-
Provisões	24	(3.324.114)	(1.374.672)
Outras receitas, custos e despesas operacionais	25	(6.576.258)	(12.123.529)
		(80.542.626)	(78.637.785)
Resultado operacional antes das receitas (despesas) financeiras		(965.861)	(6.931.010)
Receitas financeiras		6.549.836	5.855.148
Despesas financeiras		(2.602.440)	(1.457.964)
Resultado financeiro, líquido	26	3.947.396	4.397.184
Benefício fiscal usufruído	28	6.902.550	6.690.312
(-) Benefício fiscal usufruído	28	(6.902.550)	(6.690.312)
Superávit (deficit) do exercício		2.981.535	(2.533.826)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais - R\$)

	2017	2016
Superávit (deficit) do exercício	<u>2.981.535</u>	<u>(2.533.826)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente	<u><u>2.981.535</u></u>	<u><u>(2.533.826)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais - R\$)

	Nota	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Déficits acumulados	Superávit do exercício	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2016		<u>1.036.217</u>	<u>41.719.018</u>	<u>(521.063)</u>	<u>2.293.715</u>	<u>44.527.887</u>
Deficit do exercício		-	-	-	(2.533.826)	(2.533.826)
Superávit incorporado ao patrimônio social		1.772.652	-	521.063	(2.293.715)	-
Realização da reserva de reavaliação		<u>1.243.726</u>	<u>(1.243.726)</u>	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>4.052.595</u>	<u>40.475.292</u>	-	<u>(2.533.826)</u>	<u>41.994.061</u>
Superávit do exercício		-	-	-	2.981.535	2.981.535
Superávit incorporado ao patrimônio social		(2.533.826)	-	-	2.533.826	-
Realização da reserva de reavaliação		<u>1.242.459</u>	<u>(597.423)</u>	-	-	645.036
Saldos em 31 de dezembro de 2017		<u>2.761.228</u>	<u>39.877.869</u>	-	<u>2.981.535</u>	<u>45.620.632</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais - R\$)

	Nota	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit (deficit) do exercício		2.981.535	(2.533.826)
Ajuste por:			
Depreciações	9	1.921.068	1.723.109
Amortização		169.855	19.178
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	24	665.612	(1.195.986)
Saldo residual da baixa de bens	9	970.608	411.185
Baixa de bens reavaliados		645.035	-
Provisão para riscos e processos judiciais, líquida	24	3.593.598	353.758
		<u>10.947.311</u>	<u>(1.222.582)</u>
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução das contas do ativo			
Recursos de subvenções		(119.134)	-
Contas a receber		(5.223.375)	5.857.285
Estoques		164.586	425.706
Outros créditos		(884.330)	1.041.164
Depósitos judiciais		202.678	706.596
Aumento (redução) das contas do passivo			
Fornecedores		(4.571.588)	(6.930.579)
Salários e contribuições sociais		372.863	786.697
Impostos e contribuições parcelados		(1.759.785)	106.436
Impostos e contribuições a recolher		274.618	186.767
Subvenção a pagar		1.431.157	15.880
Prestadores de serviços de saúde		241.587	2.084.629
Outras contas a pagar e provisões diversas		1.556.191	(1.073.122)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	11	(1.839.298)	(1.371.429)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>793.481</u>	<u>613.448</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de bens do ativo imobilizado	9	(2.995.151)	(6.380.562)
Aquisições de bens do ativo intangível		(339.704)	(271.052)
Caixa líquido utilizados nas atividades de investimento		<u>(3.334.855)</u>	<u>(6.651.614)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	11	10.538.441	5.275.369
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	11	(7.155.304)	(2.195.198)
Caixa líquido gerados pelas atividades de financiamento		<u>3.383.137</u>	<u>3.080.171</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		<u>841.763</u>	<u>(2.957.995)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		526.569	3.484.564
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>1.368.332</u>	<u>526.569</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		<u>841.763</u>	<u>(2.957.995)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em reais - R\$)

1 Contexto operacional

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara (“Irmandade”) é uma associação civil beneficente, de finalidade não lucrativa, declarada de utilidade pública pela Lei Estadual nº 4.391 de 21 de novembro de 1957 pela Lei Municipal nº 797 de 4/4/1960 e pelo Decreto Federal nº 65.084 de 29/8/1969, com sede na cidade de Araraquara - SP, Avenida José Bonifácio, 794, fundada em 25 de fevereiro de 1902, com prazo de duração indeterminado.

Seu objetivo principal é a prestação de serviços na área de assistência médica e hospitalar; podendo criar ou instituir outros, quando possível, onde serão admitidos interna e externamente para tratamento, pessoas de qualquer condição social, com ou sem recursos, respeitados os princípios cristãos, beneficentes e humanitários, na acepção legal do termo, sendo sempre observado, quanto ao seu tratamento, à capacidade operacional disponível, na forma da legislação em vigor.

Em 20 de outubro de 2017, protocolou junto ao Ministério da Saúde o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) através do protocolo n.25000.456421/2017-79 o qual foi deferido a renovação do certificado com validade pelo período de 23 de novembro de 2017 a 23 de novembro de 2020.

Continuidade

Em 31 de dezembro de 2017, o passivo circulante da Irmandade excedeu o ativo circulante em R\$ 12.834.054 (R\$ 349.948 em 31 de dezembro de 2016). Adicionalmente, no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2017 a Irmandade possuía débitos com fornecedores, impostos e contribuições e empréstimos em atraso. Para fazer frente a esse cenário, os planos da administração para melhoria dos resultados operacionais e geração de caixa positiva compreendem as seguintes ações, muitas delas concluídas no exercício seguinte e que colaborarão com a manutenção das atividades operacionais da Irmandade no futuro:

- Renegociações com fornecedores e bancos;
- Análise de mercado para busca de novos clientes/parcerias;
- Obtenção de recursos de incentivos e subvenções públicas;
- Elaboração de *budget* para o ano de 2019.

Para cumprir com suas obrigações e atender as suas necessidades de caixa mantendo a sua atividade operacional, a Irmandade utiliza-se de recursos provenientes de prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde - SUS, Incentivo a Contratualização Hospital Ensino e Hospital Filantrópico, INTEGRASUS, Leitos de Retaguarda e do programa RUE - Rede de Urgência e Emergência, Convênios não SUS e Particulares, dos quais serão ampliados com objetivo de uma melhoria no ticket médio geral, gerando uma maior rentabilidade na operação.

A Administração considera o pressuposto de continuidade para a elaboração destas demonstrações financeiras considerando o histórico de operações da Irmandade, as projeções futuras de geração de caixa, a possibilidade de manutenção de créditos por terceiros e partes relacionadas para a captação de recursos de curto e longo prazo na forma de recursos SUS, Subvenções, Incentivos, empréstimos e financiamentos.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância da Resolução CFC nº. 1409/12, que aprovou a ITG 2002.

Essas demonstrações financeiras contemplam a posição patrimonial e financeira da Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Araraquara, inscrita no CNPJ. Nº 43.964.931/0001-12.

A emissão das demonstrações financeiras foram aprovadas pela Provedoria e Mesa Administrativa da Irmandade em 26 de junho de 2018. Após a sua emissão, somente a Provedoria e Mesa Administrativa da Irmandade têm o poder de alterar as demonstrações financeiras

Detalhe sobre as políticas contábeis da Irmandade estão apresentadas na nota explicativa 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos no balanço patrimonial:

- Os instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado mensuradas ao valor justo.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Irmandade. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Irmandade os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 7-** provisão para devedores duvidosos;
- **Nota explicativa 3.c** - valor residual do ativo imobilizado; e
- **Nota explicativa 18** - provisão para contingências.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Irmandade requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Irmandade.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Irmandade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas em técnicas de avaliação.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

3 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Irmandade em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Contas a receber

Correspondem aos valores a receber de clientes, pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Irmandade, líquidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando há evidência de que a Irmandade não será capaz de receber todos os montantes devidos, mediante análise de riscos e levando em consideração a análise histórica da recuperação dos valores em atraso. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante; caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

b. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o mercado e correspondem aos itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no hospital. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

c. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação e amortização acumulada, quando necessárias. A Irmandade optou pelo reconhecimento do custo atribuído (*deemed cost*) como previsto no CPC 27 e interpretação técnica ICPC10, ajustando assim o custo histórico de determinados bens do ativo imobilizado existentes em 1º de janeiro de 2010.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Irmandade inclui o custo de materiais em condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Um item de imobilizado é baixado quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso devido à sua obsolescência.

Custos subsequentes

Itens do custo de reposição de um componente do imobilizado são reconhecidos no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Irmandade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável.

Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ao longo de sua vida útil estimada. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativas são as seguintes, por quantidade de anos:

	Anos
Edifícios	25
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Benfeitorias em propriedades de terceiros	20
Máquinas e equipamentos	10
Computadores e periféricos	5
Veículos	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Obrigações trabalhistas

Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de salários, férias e encargos que são constituídas com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço. As obrigações vencidas e não pagas são atualizadas com multas e juros, por competência, até a data de encerramento do balanço.

e. Benefícios a funcionários

A Irmandade possui plano de saúde com coparticipação na utilização dos funcionários, auxílio creche para mães com filhos com idade até 5 anos, cartão alimentação e não possui planos de pensão ou obrigações pós aposentadoria, e também não possui planos de remuneração com base em participação nos resultados.

f. Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias, conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, como demonstrado na nota explicativa nº 11.

g. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

h. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Irmandade faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

i. Outras provisões

As provisões são reconhecidas quando a Irmandade tem uma obrigação presente legal ou implica como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

j. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

A Irmandade de acordo com o CPC 12 - Ajuste a valor presente, analisou suas contas de ativos e passivos em relação aos valores realizáveis no futuro, prazos de liquidação, vencimentos e possíveis taxas de desconto e concluiu que não existiam ativos e passivos que poderiam gerar impactos relevantes de AVP, e portanto nenhum ajuste foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

k. Apuração do resultado contábil

As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência.

As receitas são reconhecidas de acordo com a prestação de serviços hospitalares, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa da sua realização.

l. Subvenções governamentais

Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Convênios firmados com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo ("SES") e contratos de convênio firmados com prefeituras, são registrados em conformidade com a CPC-07 (R1) Subvenção e Assistência Governamentais, da seguinte forma:

Subvenção para custeio - Reconhecida como receita do exercício para fazer face às despesas incorridas.

Subvenções para investimentos - A Irmandade adota os critérios de contabilização e registro dos bens adquiridos através de doações e Subvenções Governamentais, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC-07, tópico apresentação da subvenção no Balanço, item 27, deduzindo a contrapartida do próprio ativo recebido como subvenção para se chegar ao valor escriturado líquido do ativo, que pode ser nulo.

m. Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Irmandade sem Finalidade de Lucro, a Irmandade passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Irmandade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício na rubrica de outras receitas operacionais e em contrapartida em outras despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2017 a Irmandade registrou o montante de R\$ 603.840 referente a trabalhos voluntários.

n. Receita com doações

As receitas de doações são registradas no resultado do exercício quando do recebimento. Os recursos recebidos como doação podem ser em espécie, bem como também em produtos, como por exemplo materiais e medicamentos. São registrados nos Estoques pelo valor da nota de doação, e sua dispensação pelo custo médio.

o. Instrumentos financeiros

A Irmandade classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A Irmandade classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de *impairment*.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Irmandade sob condições que a Irmandade não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores, o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento, ou dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Irmandade considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Irmandade o utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

A Irmandade considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Irmandade considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras registradas no ativo circulante são instrumentos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, apresentados ao custo de aquisição, mais rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que representam a valorização pelo método do custo amortizado, estando tais recursos classificados fora do grupo de caixa e equivalentes de caixa em função de critérios para utilização do dia a dia da Irmandade.

(iii) *Passivos financeiros não derivativos*

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

A Irmandade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Irmandade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Irmandade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Irmandade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

p. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações foram efetivas para exercícios iniciados e ou após 1º de janeiro de 2018 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Irmandade estão mencionadas abaixo. A Irmandade não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

(i) *CPC 48 Instrumentos Financeiros*

A CPC 48 Instrumentos Financeiros substitui as orientações existentes na CPC - 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da CPC - 38.

A CPC 48 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O impacto efetivo da adoção da CPC 48 nas demonstrações financeiras da Irmandade em 2018 não podem ser estimados com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Sociedade detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Irmandade fará no futuro, no entanto, a Irmandade considera que os novos requerimentos de classificação dos ativos e passivos financeiros não terão impactos significativos na sua mensuração por entender que seus atuais critérios de provisionamento se aproximam substancialmente as novas exigências da norma.

(ii) *CPC - 47 Receita de Contratos com Clientes*

O CPC -47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A CPC -47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC-30 Receitas, CPC-17 Contratos de Construção e a CPC- 30 Interpretação.

As receitas da Irmandade incluem principalmente, além dos recursos financeiros proveniente do atendimento a pacientes para execução do objeto social da Irmandade, as fontes de recursos advindas de (i) receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como atendimentos a pacientes e convênios, (ii) da realização de ensino e pesquisa, (iii) doações e (iv) rendimentos de aplicações e ativos financeiros.

Este pronunciamento deverá ser aplicado para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A Irmandade não concluiu as análises dos efeitos da adoção desta norma porém não são esperados efeitos relevantes da adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras por entender que seus atuais critérios de reconhecimento de receita se aproximam substancialmente as novas exigências de reconhecimento.

(iii) *CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil*

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC-06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC-03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a CPC-47 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial deste. O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Irmandade não concluiu as análises dos efeitos da adoção desta norma porém já identificou que não são esperados efeitos relevantes da adoção desta norma nas demonstrações financeiras uma vez que não possuem despesas relevantes com arrendamentos.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa	7.221	3.062
Bancos conta movimento - Livres	1.131.915	320.254
Valores em trânsito	-	900
Outros	-	4.020
	<u>1.139.136</u>	<u>328.236</u>

Referem-se a valores em caixa e bancos conta movimento oriundos de recursos próprios e de subvenções.

5 Aplicações financeiras - Recursos livres

	2017	2016
Aplicações financeiras - Recursos livres	<u>229.196</u>	<u>198.333</u>
	<u>229.196</u>	<u>198.333</u>

Referem-se a aplicações no curto prazo em Certificado de Depósito Bancário - CDB, com rendimento de 90% a 100% (Em 2016: 90% a 100%) do Certificado de Depósito Interbancário-CDI, com liquidez imediata, cujos valores se aproximam dos valores de mercado, e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6 Recurso de subvenções

	2017	2016
Bancos conta movimento - Subvenções	319	-
Aplicações financeiras - Subvenções	<u>120.938</u>	<u>-</u>
	<u>121.257</u>	<u>-</u>

De acordo com os contratos de convênio, a Irmandade deve aplicar financeiramente todos os recursos enquanto estes não forem efetivamente aplicados em sua finalidade (custeio ou investimento).

7 Contas a receber

	2017	2016
Circulante		
Convênios	4.752.895	4.772.995
Sistema Único de Saúde - SUS	6.417.710	8.387.725
Prefeitura Municipal de Araraquara	4.376.157	6.363.868
Pacientes particulares	35.865	19.714
	<u>15.582.627</u>	<u>19.544.302</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(1.187.571)</u>	<u>(1.853.183)</u>
	<u>14.395.057</u>	<u>17.691.120</u>
Não circulante	2017	2016
Prefeitura Municipal de Araraquara	7.853.826	-
Contas a receber de clientes por idade de vencimento		
	2017	2016
A vencer	15.859.328	9.277.081
Vencidas:	590.770	-
Até 30 dias	3.155.027	284.838
De 31 a 60 dias	772.374	2.034.889
De 61 a 90 dias	1.425.749	1.596
De 91 a 180 dias	1.260.998	1.276.263
Acima de 180 dias	372.206	6.669.632
	<u>23.436.453</u>	<u>19.544.302</u>
Circulante	15.582.627	19.544.302
Não circulante	<u>7.853.826</u>	<u>-</u>
Total	<u>23.436.453</u>	<u>19.544.302</u>

No valor passivo não circulante foi calculado ajuste a valor presente - AVP , a taxa de desconto utilizada para cálculo do ajuste a valor presente foi de aproximadamente 1,3% ao mês, apurada com base na prática de mercado de desconto quando do recebimento antecipado de títulos.

Os valores provenientes de direitos a receber, são pela prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde - SUS, Incentivo a Contratualização Hospital Ensino e Hospital Filantrópico, INTEGRASUS, Leitos de Retaguarda e do programa RUE - Rede de Urgência e Emergência, Convênios não SUS e Particulares.

A provisão para perdas sobre créditos é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade dos créditos vencidos a mais de 90 dias, com estimativa de provável realização. Adicionalmente, a administração da Irmandade avalia a exposição de risco de crédito baseado principalmente pelas características individuais de cada contraparte.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara
Demonstrações financeiras referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2017

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	657.197
Adições	1.293.246
Reversões	(83.596)
Baixas por recebimento	(13.664)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.853.183
Adições	1.338.709
Reversões	(1.947.138)
Baixas por recebimento	(57.184)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.187.570

8 Estoques

	2017	2016
Material hospitalar	689.029	541.388
Drogas e medicamentos	572.165	884.958
Material de expediente	43.407	43.162
Materiais diversos	70.472	70.151
	1.375.073	1.539.659

9 Imobilizado

A movimentação dos saldos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 está assim representada:

	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017
Custo				
Terrenos	36.195.684	385.434	-	36.581.118
Edificações	26.844.015	308.347	(1.840)	27.150.522
Instalações	1.090.692	427.820	-	1.518.512
Equipamentos de informática	715.622	180.142	(152.835)	742.929
Mobiliário	3.362.972	99.998	(437.530)	3.025.439
Veículos	222.342	-	-	222.340
Máquinas, equipamentos e instrumentais	7.770.476	1.293.544	(1.707.977)	7.356.043
Bens de pequeno valor	632.127	299.866	(166.012)	765.981
	76.833.930	2.995.151	(2.466.194)	77.362.887
Depreciação				
Edificações	(4.154.477)	(870.904)	1.742	(5.023.639)
Equipamentos de informática	(226.154)	(139.398)	134.745	(230.807)
Mobiliário	(614.302)	(266.654)	193.818	(687.138)
Veículos	(188.301)	(22.500)	-	(210.801)
Máquinas, equipamentos e instrumentais	(2.122.402)	(613.295)	1.165.281	(1.570.416)
Bens de pequeno valor	-	(8.317)	-	(8.317)
	(7.305.636)	(1.921.068)	1.495.586	(7.731.118)
	69.528.294	1.074.083	(970.608)	69.631.769

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara
Demonstrações financeiras referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2017

	01/01/2016	Adições	Baixas	31/12/2016
Custo				
Terrenos	36.195.684	-	-	36.195.684
Edificações	23.031.707	3.813.958	(1650)	26.844.015
Instalações	519.580	571.112	-	1.090.692
Equipamentos de informática	338.971	378.695	(2.044)	715.622
Mobiliário	2.491.929	931.036	(59993)	3.362.972
Veículos	222.342	-	-	222.342
Máquinas, equipamentos e instrumentais	7.912.866	350.287	(492678)	7.770.476
Bens de pequeno valor	297.020	335.474	(365)	632.127
	<u>71.010.097</u>	<u>6.380.562</u>	<u>(556.730)</u>	<u>76.833.930</u>
Depreciação				
Edificações	(3.294.988)	(859.489)	-	(4.154.477)
Equipamentos de informática	(171.904)	(56.104)	-	(226.154)
Mobiliário	(408.568)	(223.647)	-	(614.302)
Veículos	(165.719)	(22.582)	-	(188.301)
Máquinas, equipamentos e instrumentais	(1.686.894)	(561.287)	125.778	(2.122.402)
	<u>(5.728.072)</u>	<u>(1.723.109)</u>	<u>145.545</u>	<u>(7.305.636)</u>
	<u>65.282.025</u>	<u>4.657.453</u>	<u>(411.185)</u>	<u>69.528.294</u>

A Irmandade avalia a cada exercício ou a qualquer momento que possa existir evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável. O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da Administração na data das demonstrações financeiras e são revisados anualmente. Em 2017 a Irmandade não identificou nenhuma evidência de perda no valor recuperável

Garantia

Em 31 de dezembro de 2017, edificações com valor contábil de R\$ 9.000.000 foram dados em garantia de empréstimos bancários.

10 Fornecedores

	2017	2016
Medicamento, material médicos e nutrição	9.364.440	12.846.028
Prestação de serviços diversos	4.286.646	3.220.162
Prestação de serviço de conservação e limpeza	514.676	368.974
Informática	104.788	65.505
Segurança e portaria	13.753	58.084
Outros	763.248	3.060.387
	<u>15.047.554</u>	<u>19.619.142</u>
Circulante	12.961.364	7.559.852
Não circulante	2.086.190	12.059.290

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2017 a Irmandade realizou acordos junto a fornecedores com o objetivo de quitar dívidas com alguns fornecedores, onde a Irmandade obteve descontos financeiros nas dívidas e alongamento nos prazos. O saldo do passivo não circulante refere-se aos acordos firmados entre a Irmandade e os seus fornecedores.

11 Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Taxa de juros	Vencimento final	2017	2016
BNDES	R\$	variável	2020	652.436	634.344
Banco Santander	R\$	1,65% a.m.	2019	-	1.654.030
Caixa Econômica Federal	R\$	1,40% a.m.	2017	-	17.194
Banco Santander - Rotativo	R\$	1,17% a.m.	2018	538.441	-
Banco Santander	R\$	1,33% a.m.	2020	1.619.228	-
Banco Santander	R\$	1,37% a.m.	2022	617.356	-
Circulante				3.427.461	2.305.568

	Moeda	Taxa de juros	Vencimento final	2017	2016
BNDES	R\$	variável	2020	913.155	1.465.051
Banco Santander	R\$	1,65% a.m.	2019	-	5.892.831
Banco Santander	R\$	1,33% a.m.	2020	3.718.433	-
Banco Santander	R\$	1,37% a.m.	2022	3.148.239	-
Não circulante				7.779.827	7.357.882

Recursos captados junto a instituições financeiras, destinados a capital de giro e alongamento de dívidas da Irmandade, são garantidos por ativos imobilizados (veja nota explicativa 9) e cessão de direitos creditórios ao SUS, atualizados pelas variações monetárias incorridas até a data do balanço e os juros respectivos transcorridos estão provisionados. As variações monetárias e os juros são apropriados em despesas financeiras.

A movimentação dos saldos para os exercícios de 2017 e 2016 está assim representada:

	2017	2016
Saldo inicial	9.663.450	7.954.708
Captações	10.538.441	5.275.369
Juros passivos e outros encargos	(226.460)	(136.790)
Pagamento de financiamentos (principal)	(7.155.304)	(2.195.198)
Pagamento de financiamentos (juros)	(1.612.838)	(1.234.639)
Saldo final	11.207.288	9.663.450

Compromissos (“covenants”)

Os contratos de empréstimos mantidos pela Irmandade junto às instituições financeiras contêm cláusulas usuais de compromissos (“covenants”), relacionados a aspectos administrativos e operacionais. Para todos os contratos, em 31 de dezembro de 2017 a Irmandade está em conformidade frente aos compromissos assumidos.

12 Salários e contribuições sociais

A Irmandade possui as seguintes obrigações com pessoal e encargos.

	2017	2016
Férias e Encargos Sociais	2.070.647	1.904.562
Salários a pagar	1.393.272	1.168.911
FGTS a recolher	206.412	208.538
Outras Obrigações com Pessoal	76.288	91.746
	<u>3.746.619</u>	<u>3.373.756</u>

13 Impostos e contribuições a recolher - Parcelados

	2017	2016
FGTS - Timemania	90.783	106.436
Circulante	<u>90.783</u>	<u>106.436</u>
	2017	2016
FGTS - Timemania	1.325.582	1.400.712
PROSUS	3.571.412	5.240.416
Não Circulante	<u>4.896.995</u>	<u>6.641.127</u>

FGTS

Os valores de FGTS se referem a parcelamento efetuado junto a Caixa Econômica Federal, com vigência pelo período de 09 de dezembro de 2007 a 09 de novembro de 2027, prazo de 240 parcelas.

PROSUS

A Irmandade ingressou com requerimento de adesão ao PROSUS em 04 de julho de 2014, instituído pela Lei n. 12.873 de 24 de outubro de 2013, onde obteve sua inclusão através da Portaria n. 893 de 15 de setembro de 2014. No dia 31 de outubro de 2014, a Irmandade protocolizou junto a Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da União, requerimento de moratória dos débitos tributários e previdenciários alcançados pelo programa PROSUS.

Dos débitos tributários e previdenciários incluídos no PROSUS, a Irmandade já tem reconhecido e consolidado junto a estes órgãos, o valor de R\$ 12.348.178. De acordo com o Art. 40 da Lei 12.873 de 2014, o montante recolhido anualmente a título de tributos correntes implicará remissão, no mesmo valor, das dívidas incluídas na moratória. A Irmandade efetuou durante o período de concessão da moratória até o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, recolhimentos de tributos correntes no valor de R\$ 8.776.766.

14 Impostos e contribuições a recolher

	2017	2016
PIS/COFINS/CSLL Retido de Prestadores de serviços	342.413	160.629
INSS Retido - Funcionários	152.584	132.220
INSS Retido - Prestadores de serviços	15.650	13.421
IRRF de Funcionários	116.124	93.028
IRRF de Prestadores de serviços	127.096	92.278
ISS a recolher	26.440	14.112
Circulante	780.306	505.688

15 Subvenções a realizar

	2017	2016
Subvenções a realizar - Estadual	1.250.822	15.880
Subvenções a realizar - Federal	196.215	-
	1.447.037	15.880

As subvenções governamentais a realizar são registradas no passivo da Irmandade, onde os recursos financeiros destinados ao custeio e investimentos, assinados entre a Irmandade e os Órgãos Governamentais, após efetivado sua realização através da aquisição e pagamento dos produtos e/ou serviços e investimento, serão baixados e reconhecidos na receita (custeio) e no Ativo Imobilizado (investimento), observado o disposto na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais. As Subvenções firmadas com a União Federal estão representadas através dos Convênios 836937/16 e portaria n. 2572 e 3087 de 2017.

16 Prestadores de serviços de saúde

	2017	2016
Honorários e Serviços Médicos a Pagar	4.856.944	4.540.817
Circulante	4.856.944	4.540.817
Não Circulante	156.358	230.898

17 Outras contas a pagar e provisões diversas

	2017	2016
Departamento de água e esgotos	1.563.255	-
Companhia Paulista de Força e Luz	1.108.354	167.632
Adiantamento de clientes	693.083	1.915.698
Outros	428.518	153.693
	3.793.213	2.237.022

18 Provisão para riscos e processos judiciais

A Irmandade, no curso normal de suas operações, é parte em processos judiciais de natureza fiscal, trabalhista e cível em diversas instâncias, ajuizadas e conhecidas na data de encerramento das demonstrações financeiras, tendo a Administração adotado como procedimento a constituição de provisão com base em vários fatores, incluindo a opinião dos seus assessores jurídicos e a análise das demandas judiciais pendentes. Os valores provisionados, considerados suficientes pela Administração para a cobertura de prováveis perdas nos processos em andamento, estão apresentados como segue:

	2017	2016
Trabalhistas (a)	1.555.131	529.963
Cíveis	4.134.316	1.626.179
Tributária	60.293	-
	<u>5.749.740</u>	<u>2.156.142</u>

- (a) Referem-se a ações de natureza trabalhista, relacionadas a horas extras, adicional noturno, adicional de insalubridade, estabilidade e equiparação salarial, entre outras. Não há nenhum processo individual de valor relevante que necessite de divulgação específica. A movimentação da provisão é demonstrada como segue:

	Natureza dos riscos		
	Trabalhistas	Cíveis/Trib.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	1.802.384	1.802.384
Adições	529.963	47.941	577.904
Pagamentos	-	(224.145)	(224.145)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	529.963	1.626.179	2.156.142
Adições	1.025.168	2.787.677	3.812.845
Pagamentos	-	(219.246)	(219.246)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>1.555.131</u>	<u>4.194.609</u>	<u>5.749.740</u>

As contingências em discussão judicial e não provisionadas, cujas probabilidades de perda são consideradas como possíveis pelos assessores jurídicos da Irmandade, são de R\$ 19.071.019 apresentado por 41 processos, em 31 de dezembro de 2017 (em 2016 era de R\$ 7.601.035 representado por 26 processos que tratam-se substancialmente de processos cíveis e tributários).

19 Patrimônio líquido

a. Patrimônio social

É composto pelos valores de superávits e déficits acumulados ao longo dos exercícios e por doações recebidas de terceiros, cujos valores foram reinvestidos na ampliação e manutenção de suas instalações e na manutenção dos serviços prestados. O superávit do exercício de 2017, no valor de R\$ 2.981.535 que será incorporado ao Patrimônio Social quando da aprovação do Balanço.

b. Remuneração da administração

O Estatuto Social da Irmandade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho de Administração (Mesa Administrativa e Provedoria). Dessa forma, a Irmandade não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

20 Receitas com subvenções para custeio

	2017	2016
Convênios firmados para custeio (*)	11.393.826	9.529.044
(*) As subvenções firmadas com o Estado de São Paulo estão representadas através dos Convênios 392/2016, 304/2016, 622/2016 e 630/2016, todas destinadas a Custeio. As Subvenções firmadas com a União Federal estão representadas através da portarian.2572 e 3087 DE 2017.		

21 Receitas de convênios e de assistência ao Sistema Único de Saúde - SUS

	2017	2016
Receita com contrato SUS	41.014.815	37.132.209
Glosas contrato	(255.876)	-
	<u>40.758.939</u>	<u>37.132.209</u>

22 Receitas de convênios e particulares

	2017	2016
Convênios	22.808.027	21.576.816
Clientes particulares	137.254	268.471
Glosas (a)	(548.795)	(1.215.622)
	<u>22.396.485</u>	<u>20.629.665</u>

(a) Refere-se a prestações de serviços realizados a convênios e atendimentos particulares indeferidos ou não aceitos.

23 Despesas com pessoal e encargos

	2017	2016
Salários produtivos	(10.907.147)	(7.538.049)
Salários administrativos	(8.308.681)	(8.416.331)
Férias, 13º salário e encargos produtivos	(3.379.262)	(2.327.266)
Férias, 13º salário e encargos admionistrativos	(2.538.319)	(2.767.417)
Benefícios a funcionários produtivos	(1.295.987)	(1.027.897)
Benefícios a funcionários administrativos	(1.016.985)	(919.399)
Multa sobre rescisões - FGTS e aviso prévio produtivos	(212.474)	(8.467)
Multa sobre rescisões - FGTS e aviso prévio administrativos	(115.886)	(43.625)
Outras produtivos	(296.415)	(69.021)
Outras administrativos	(161.668)	(355.634)
	<u>(28.232.824)</u>	<u>(23.473.106)</u>

24 Provisões

	2017	2016
Provisão para contingências	(3.593.598)	(353.758)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquido	665.612	(1.195.986)
Outras provisões	(396.128)	175.072
	<u>(3.324.114)</u>	<u>(1.374.672)</u>

25 Outras receitas, custos e despesas operacionais

	2017	2016
Serviços contratados de terceiros	(4.638.629)	(3.098.648)
Utilidades	(4.058.514)	(3.319.917)
Outras	(303.849)	(5.704.964)
Outros custos e despesas	<u>(9.000.992)</u>	<u>(12.123.529)</u>
Receitas com créditos tributários	1.669.003	-
Recuperação de bloqueios judiciais	755.731	-
Outras receitas	<u>2.424.734</u>	<u>-</u>
Total	<u>(6.576.258)</u>	<u>(12.123.529)</u>

26 Resultado financeiro, líquido

	2017	2016
Descontos obtidos	4.083.870	5.793.481
Reversão descontos concedidos	1.513.072	-
Rendimentos sobre aplicações financeiras	952.894	61.667
Receitas financeiras	<u>6.549.836</u>	<u>5.855.148</u>
Juros sobre empréstimo de capital de giro	(1.839.298)	(1.371.429)
Juros e multas sobre atraso	(622.410)	(32.837)
Descontos concedidos	(95.569)	(6.370)
Despesas bancárias	(45.115)	(24.987)
Outras despesas	(48)	(22.341)
Despesas financeiras	<u>(2.602.440)</u>	<u>(1.457.964)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u><u>3.947.396</u></u>	<u><u>4.397.184</u></u>

27 Imunidade tributária

Tendo em vista que a Irmandade não distribui parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação nos resultados, aplica no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém a escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, ao PIS, à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e aos impostos municipais e estaduais, de acordo com os dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil e do Código Tributário Nacional - CTN.

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara, é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social.

No dia 25 de outubro de 2016, foi publicada a Portaria n. 1.467, de 24 de outubro de 2016, deferindo a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de saúde, com validade pelo período de 23 de novembro de 2014 a 22 de novembro de 2017.

No dia 20 de outubro de 2017, a Irmandade protocolou o pedido de renovação do certificado de entidade beneficente de assistência social em saúde através do protocolo n. 25000.456421/2017-79, na condição de beneficência mínimo de 60% ao SUS. Foi publicada a Portaria n. 70 de 18 de janeiro de 2018, deferindo a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de saúde, com validade pelo período de 23 de novembro de 2017 a 23 de novembro de 2020.

28 Imunidade das contribuições sociais usufruídas

A imunidade das contribuições sociais usufruídas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 está apresentada como segue:

	2017	2016
Cota patronal de INSS, Seguro de Acidente do Trabalho - SAT e sobre serviço de terceiros	5.391.733	5.333.420
COFINS sobre o faturamento	1.510.817	1.356.892
	<u>6.902.550</u>	<u>6.690.312</u>

29 Atendimentos aos pacientes do SUS

Como observância ao limite mínimo fixado pelo Artigo 4º, inciso II, da Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009 e regulamentações posteriores, para fins de manutenção do Certificado de Irmandade Filantrópica, a Irmandade demonstra o efetivo atendimento a usuários do SUS, acima de 60%. Os atendimentos e procedimentos ambulatoriais podem ser incorporados a prestação de serviços ao SUS no percentual máximo de 10%, conforme demonstrativo abaixo:

	2017		2016	
Atendimentos Ambulatoriais	Quant.	%	Quant.	%
Sistema Único de Saúde - SUS	253.892	90	330.283	94
Convênios/Particulares - não SUS	27.880	10	20.696	6
Total	281.772	100	350.979	100
 Internações (pacientes/dia)	 Quant.	 %	 Quant.	 %
Sistema Único de Saúde - SUS	39.791	79	37.002	78
Convênios/Particulares - não SUS	10.580	21	10.455	22
Total	50.371	100	47.457	100

30 Subvenções, auxílios e verbas públicas

Valores de Subvenções, Auxílios e Doações recebidas em geral comparativamente dos exercícios de 2017 e 2016.

	2017	2016
Recebida da Secret.Saúde do Estado São Paulo para Custeio - PRÓ SANTAS CASAS	1.686.240	1.134.000
Recebido da S.E.S São Paulo - Portaria teto Mac para custeio	500.000	-
Recebido do Ministério da Saúde para aquisição de equipamentos	600.000	-
Recebido da S.E.S de São Paulo para aquisição de equipamentos	120.000	-
Recebido da S.E.S de São Paulo título de custeio- Sustentáveis	13.196.374	9.016.981
Donativos em geral	1.826.232	2.782.030
Total	17.928.846	12.933.011
Alocado como outras receitas operacionais	2.597.443	1.633.827

31 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Irmandade. Apesar de não adotar uma política formalizada de gerenciamento de riscos, a Irmandade possui práticas que norteiam a gestão de riscos que incluem estratégias de minimização de potenciais riscos cambiais, de taxa de juros, de crédito e de liquidez.

As operações da Irmandade estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Gerenciamento de risco financeiro

Os principais fatores de risco a que a Irmandade está exposto refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura do mercado) são endereçados pelo modelo de gestão da Irmandade.

Os riscos econômicos financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados pela Irmandade. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional da Irmandade.

Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta administração são:

- Risco de crédito; e
- Risco de liquidez.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Irmandade a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Irmandade.

O gerenciamento de risco da Irmandade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Irmandade, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites.

A Irmandade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Irmandade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis dos clientes.

A Irmandade não exige garantias com relação às contas a receber de clientes e outros créditos.

Exposição a risco de crédito

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis na data do relatório por tipo de contratante foi:

	Valor contábil	
	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	1.139.136	326.113
Aplicações financeiras	229.196	198.333
Recurso de subvenção para investimentos	121.257	2.123
Contas a receber	22.248.883	17.691.120
	23.738.472	18.217.689

Os recursos financeiros estão aplicados em modalidades de baixo risco e em bancos de primeira linha. Não há concentração de risco de crédito, sendo a carteira pulverizada. Os valores a receber de SUS estão baseados em acordos de valores e limites. Conforme mencionado na nota explicativa nº 6. A Irmandade possuía em 2017 provisão para devedores duvidosos, no montante de R\$ 1.187.571 representativos de 8% do saldo de contas a receber e em 2016 R\$ 1.853.183 representativos de 10% .

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Irmandade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Irmandade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Irmandade.

A Irmandade realiza o monitoramento do seu fluxo de caixa e busca otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Face a desafiadora e complexa situação financeira da Irmandade o gerenciamento das obrigações envolve a priorização de atividades essenciais ao atendimento à saúde. Com isso, certas obrigações têm tido seus prazos de pagamentos postergados. Além disso, a Irmandade está num intenso processo de renegociação com seus principais devedores no sentido de adequar seus fluxos e prazos de pagamentos as suas expectativas de geração de caixa, sem prejuízo da continuidade das operações e imagem da Irmandade.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara
Demonstrações financeiras referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2017

Índice de endividamento

	2017	2016
Obrigações - Passivo circulante	31.103.727	20.645.019
Obrigações - Passivo não circulante	20.669.110	28.445.339
Ativo total	97.393.468	91.084.419
Índice de endividamento líquido	53%	53%

Exposição a risco de liquidez

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

2017							
	Valor contábil	Vencido até 6 meses	Vencido de 6 a 12 meses	Vencido acima de 12 meses	A vencer até 6 meses	A vencer de 6 - 12 meses	A vencer acima de 12 meses
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores	15.047.554	5.163.748	2.800.376	1.779.109	2.431.385	786.746	2.086.190
Empréstimos e financiamento	11.207.288	57.018	-	-	1.949.447	1.420.996	7.779.827
Prestadores serviços de saúde	5.013.302	-	4.172.447	-	684.497	-	156.358
Outras contas a pagar e provisões diversas	3.793.213	326.139	1.292.780	-	889.828	1.284.466	-
	35.061.357	5.546.905	8.265.603	1.779.109	5.955.157	3.492.208	10.022.375
2016							
	Valor contábil	Vencido até 6 meses	Vencido de 6 a 12 meses	Vencido Acima de 12 meses	A vencer até 6 meses	A vencer de 6 - 12 meses	A vencer Acima de 12 meses
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores	19.619.142	2.154.441	2.002.030	1.280.785	831.239	1.291.357	12.059.290
Empréstimos e financiamento	9.663.450	-	-	-	1.212.353	1.093.215	7.357.882
Prestadores serviços de saúde	4.771.715	-	4.038.462	-	423.459	-	-
Outras contas a pagar e provisões diversas	2.237.022	192.338	762.408	-	524.770	757.505	-
	39.606.203	2.346.780	6.802.900	1.280.785	2.991.821	3.142.077	19.417.172

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Irmandade, no valor de suas aplicações financeiras ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Irmandade e dos demais insumos utilizados no processo de prestação do serviço. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Irmandade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis.

Esse risco é mitigado uma vez que o principal componente do custo refere-se custo de pessoal fixado em moeda nacional e de acordo com o acordo coletivo da categoria.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Irmandade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI em certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa. Nas taxas de câmbio o risco também é mitigado uma vez que a Irmandade possui reduzida parcela de aquisição de materiais em moeda estrangeira e nenhuma contas a receber ou aplicações em moeda estrangeira.

(iv) **Risco de moeda**

Juros sobre empréstimos são denominados na moeda do empréstimo. Todos os empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerados pelas operações básicas da Irmandade.

(v) **Risco de taxa de juros**

A Irmandade possui suas aplicações financeiras com taxas juros variáveis e os empréstimos e financiamentos com taxas de juros pré-fixados.

Exposição a risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Irmandade era:

	Valor contábil	
	2017	2016
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros		
Caixas e equivalentes de caixa	1.139.136	326.113
Aplicações financeiras	229.196	198.333
Recurso de subvenções	121.257	2.123
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	(11.207.288)	(9.663.450)
Exposição líquida	(9.717.699)	(9.136.881)

(vi) **Valor justo**

Valor justo versus valor contábil

Para todas as operações, a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. Sendo assim, a Administração entende que os valores reconhecidos contabilmente refletiam o endividamento efetivo em caso de eventual liquidação naquela data. As taxas aplicadas nas operações de empréstimos e financiamentos estão apresentadas ao longo na nota explicativa nº 12.

	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos mensurados pelo valor justo				
Empréstimos e recebíveis				
Caixas e equivalentes de caixa	1.139.136	1.139.136	326.113	326.113
Aplicações financeiras	229.196	229.196	198.333	-
Recurso de subvenções	121.257	121.257	2.123	
	1.489.589	1.489.589	526.569	526.569
Ativos mensurados pelo custo amortizado				
Contas a receber	22.248.883	22.248.883	17.691.120	17.691.120
Outros passivos financeiros				
Fornecedores	15.047.554	15.047.554	19.619.142	19.619.142
Empréstimos e financiamentos	11.207.288	11.207.288	9.663.450	9.663.450
Prestadores de serviços de saúde	5.013.302	5.013.302	4.771.715	4.771.715
Outras contas a pagar e provisões diversas	3.793.213	3.793.213	2.237.022	2.237.022
	35.061.357	35.061.357	49.090.358	49.090.358

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) e
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Todos os valores justos divulgados no quadro acima foram mensurados utilizando o método de avaliação nível 2.

Ativo	2017	2016	Nível
Caixa e equivalentes de caixa	1.139.136	326.113	Nível 2
Aplicações financeiras	229.196	198.333	Nível 2
Recurso de subvenções	121.257	2.123	Nível 2
Contas a receber	22.248.883	17.691.120	Nível 2
Passivos			
Fornecedores	15.047.554	19.619.142	Nível 2
Empréstimos e financiamentos	11.207.288	9.663.450	Nível 2
Prestadores de serviços de saúde	5.013.302	4.771.715	Nível 2
Outras contas a pagar e provisões diversas	3.793.213	2.237.022	Nível 2

(vii) *Exposição a risco operacional*

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Irmandade e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Irmandade, principalmente os relacionados ao cumprimento das obrigações com terceiros e riscos relacionados aos contratos de gestão com Governo e Prefeituras. Eventuais reduções de valores de contratos, alterações nos prazos de recursos financeiros representam relevantes riscos operacionais para a Irmandade.

O objetivo da Irmandade é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Irmandade e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Irmandade para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

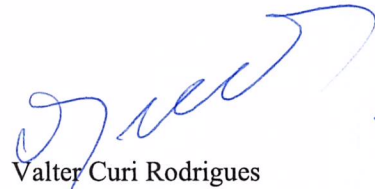
- Renegociações e acompanhamento de contratos de gestão com Governo e Prefeituras;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;

- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; e
- Desenvolvimento de planos de contingência.

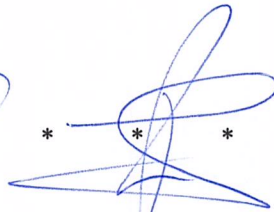
32 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Irmandade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

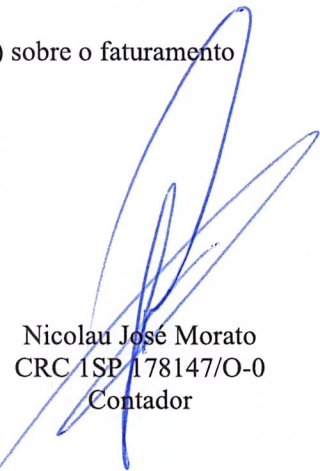
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre o faturamento
- INSS cota patronal



Valter Curi Rodrigues
CPF: 011.958.918 - 49
Provedor



Fernando Paganelli
CPF: 111.899.018 - 89
Diretor Tesoureiro



Nicolau José Morato
CRC 1SP 178147/O-0
Contador